

Videolar S.A.

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Videolar S.A.
Manaus - AM

Examinamos as demonstrações financeiras da Videolar S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individual e consolidada

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Videolar S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos***Comparabilidade das demonstrações financeiras***

Conforme a nota explicativa nº3, os saldos consolidados apresentados nas demonstrações financeiras incluem os valores da AMZ Mídia Industrial S.A. referentes ao período de sete meses findo em 31 de dezembro de 2012 por tanto, os referidos saldos não atendem a comparabilidade dos exercícios..

São Paulo, 26 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-AM



Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

Videolar S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012	2013	2012
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	21.964	30.076	86.740	61.112	Empréstimos e financiamentos	16	208.045	123.788	208.045	123.788
Aplicações financeiras		-	-	-	6.819	Fornecedores	17	173.800	168.927	184.973	176.409
Contas a receber	10	160.610	97.389	371.165	306.953	Obrigações com pessoal e encargos sociais		9.667	8.406	13.294	10.790
Estoques	11	215.283	155.174	249.250	203.057	Obrigações fiscais		2.129	1.706	3.052	5.986
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	28.c	2.951	4.207	2.951	4.488	Royalties a pagar	21	6.190	6.107	7.668	6.107
Impostos a recuperar	12	49.923	69.564	53.580	69.720	Investimentos a pagar	20	11.875	23.750	11.875	23.750
Outras contas a receber		19.573	13.791	28.646	14.973	Dividendos e participações	22.d	-	-	13.401	17.084
Despesas antecipadas		795	323	873	422	Cessão de direitos autorais	18	192	192	250.593	237.005
		<u>471.099</u>	<u>370.524</u>	<u>793.205</u>	<u>667.544</u>	Outras obrigações		<u>14.603</u>	<u>13.977</u>	<u>18.896</u>	<u>24.396</u>
								426.501	346.853	711.797	625.315
Não circulante						Não circulante					
Depósitos e cauções	19	16.015	16.443	16.054	16.443	Imposto de renda diferido	25	20.298	39.688	20.298	39.688
		<u>16.015</u>	<u>16.443</u>	<u>16.054</u>	<u>16.443</u>	Empréstimos e financiamentos	13	211.976	177.505	211.976	177.505
						Investimentos a pagar	20	-	11.875	-	11.875
Participação em empresas controladas	13	91.834	76.236	-	-	Provisão para contingências	19	21.555	13.784	21.609	13.784
Imobilizado	14	796.112	791.738	840.675	835.106			<u>253.829</u>	<u>242.852</u>	<u>253.883</u>	<u>242.852</u>
Intangível	15	8.166	8.549	18.681	22.893			<u>253.829</u>	<u>242.852</u>	<u>253.883</u>	<u>242.852</u>
		<u>896.112</u>	<u>876.523</u>	<u>859.356</u>	<u>857.999</u>	Patrimônio líquido	22				
		<u>912.127</u>	<u>892.966</u>	<u>875.410</u>	<u>874.442</u>	Capital social	22.a	555.381	536.005	555.381	536.005
						Reservas de lucros	22.c	68.537	58.557	68.537	58.557
						Ajuste de avaliação patrimonial	22.b	78.978	79.223	78.978	79.223
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<u>702.896</u>	<u>673.785</u>	<u>702.896</u>	<u>673.785</u>
						Participação de não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39</u>	<u>34</u>
								<u>702.896</u>	<u>673.785</u>	<u>702.935</u>	<u>673.819</u>
		<u>1.383.226</u>	<u>1.263.490</u>	<u>1.668.615</u>	<u>1.541.986</u>			<u>1.383.226</u>	<u>1.263.490</u>	<u>1.668.615</u>	<u>1.541.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ações)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2013	2012	2013	2012
Receita operacional líquida	23	952.239	787.273	1.353.649	1.038.901
Custo das vendas	24	<u>(816.267)</u>	<u>(676.636)</u>	<u>(1.133.112)</u>	<u>(857.109)</u>
Lucro operacional bruto		135.972	110.637	220.537	181.792
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas de vendas		(11.232)	(19.664)	(31.809)	(50.223)
Despesas administrativas	25	(141.030)	(102.790)	(188.985)	(136.748)
Resultado de equivalência patrimonial		16.329	(4.304)	-	-
Realização de mais valia e AVP		(2.079)	(1.510)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	<u>33.369</u>	<u>89.761</u>	<u>32.706</u>	<u>83.037</u>
		<u>(104.643)</u>	<u>(38.507)</u>	<u>(188.088)</u>	<u>(103.934)</u>
Receitas financeiras	27	7.282	3.735	8.041	5.256
Despesas financeiras	27	(9.407)	(8.820)	(11.014)	(16.100)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	27	<u>(38.860)</u>	<u>(22.002)</u>	<u>(39.140)</u>	<u>(21.968)</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas	27	(40.985)	(27.087)	(42.113)	(32.812)
Resultado antes dos impostos		(9.656)	45.043	(9.664)	45.046
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	<u>19.391</u>	<u>(10.787)</u>	<u>19.391</u>	<u>(10.787)</u>
Lucro do exercício antes da participação de não controladores		<u>9.735</u>	<u>34.256</u>	<u>9.727</u>	<u>34.259</u>
Participação de não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>(3)</u>
Lucro do exercício		<u>9.735</u>	<u>34.256</u>	<u>9.735</u>	<u>34.256</u>
Lucro por ação					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2013	2012	2013	2012
Resultado do exercício	9.735	34.256	9.735	34.256
Resultados abrangentes				
Perdas com participação em controladas	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>9.735</u>	<u>34.256</u>	<u>9.735</u>	<u>34.256</u>
Resultado abrangente atribuível aos				
Acionistas controladores	-	-	9.727	34.259
Acionistas não controladores	-	-	8	(3)
Resultado abrangente total	<u>9.735</u>	<u>34.256</u>	<u>9.735</u>	<u>34.256</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Atribuível aos acionistas controladores												
Nota	Capital social		Reserva de capital			Reservas de lucro				Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	(-) Capital social a integralizar	Ações em tesouraria	Reserva de ágio na emissão de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados			Total
Saldo em 01 de janeiro de 2012	465.464	-	(3.425)	8.424	79.468	2.491	-	10.531	-	562.953	-	562.953
Capitalização ágio emissão ações AGO/AGE 04/2012	8.424	-	-	(8.424)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital	105.243	(19.376)	-	-	-	-	-	(4.047)	-	85.867	-	85.867
Dividendos pagos conforme AGE 04/2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.047)	-	(4.047)
Realização de Ajuste de Reavaliação patrimonial	-	-	-	-	(245)	-	-	-	245	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	34.256	34.256	-	34.256
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	37	37
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-	-	32.788	(32.788)	-	-	-
Constituição de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	42.256	-	42.256	-	42.256
Cisão - AMZ Mídia S.A	(23.750)	-	-	-	-	(1.890)	-	(21.860)	-	(47.500)	-	(47.500)
Constituição do incentivo fiscal	-	-	-	-	-	-	13.982	(13.982)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.717	-	(4)	(1.713)	-	-	-
Cancelamento Estoque de Ações	-	-	3.425	-	-	-	-	(3.425)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	555.381	(19.376)	-	-	79.223	2.318	13.982	42.257	-	673.785	34	673.819
Capitalização ágio emissão ações AGO/AGE 04/2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos conforme AGE 04/2012	-	-	-	-	(245)	-	-	-	245	-	-	-
Realização de Ajuste de Reavaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	9.735	9.735	-	9.735
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-	-	9.493	(9.493)	-	-	-
Constituição do incentivo fiscal	-	-	-	-	-	-	9.493	(9.493)	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	487	-	-	(487)	-	-	-
Integralização de Capital	-	19.376	-	-	-	-	-	-	-	19.376	-	19.376
Saldos em 31 de dezembro de 2013	555.381	-	-	-	78.978	2.805	23.475	42.257	-	702.896	39	702.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Videolar S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de caixa proveniente das operações				
Lucro líquido do exercício	9.735	34.256	9.735	34.256
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação e amortização	32.441	29.866	40.572	34.430
Imposto de renda diferido e corrente	(19.390)	10.788	(19.390)	10.788
Resultado de equivalência patrimonial	(16.329)	4.304	-	-
Provisão para contingências	7.771	858	7.825	859
Baixa do ativo imobilizado e intangível	131.661	34.010	131.267	42.985
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	(1.328)	(13.230)	(1.289)	6.922
Provisões para obsolescência	594	(339)	594	(429)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com empresas ligadas, financiamentos e obrigações fiscais, e depósitos judiciais, líquido	33.703	3.609	33.575	7.231
	<u>178.858</u>	<u>104.122</u>	<u>202.889</u>	<u>137.042</u>
Redução (aumento) nos ativos				
Duplicatas e títulos a receber	(61.893)	63.051	(62.923)	156.895
Aplicações financeiras	-	-	6.819	(6.819)
Estoques	(60.703)	(45.278)	(46.787)	2.038
Impostos a recuperar	20.897	(63.875)	17.677	(64.161)
Outros	(5.826)	21.516	(13.735)	22.118
	<u>(107.525)</u>	<u>(24.586)</u>	<u>(98.949)</u>	<u>110.071</u>
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(3.007)	29.353	817	20.093
Investimentos a pagar	(11.875)	35.625	(11.875)	-
Royalties a pagar	83	(14.454)	1.561	(14.454)
Salários e encargos sociais	1.261	(226)	2.504	(417)
Cessão de direitos autorais	-	(37.400)	13.588	(186.282)
Outros	1.049	(10.941)	(8.434)	20.843
	<u>(12.489)</u>	<u>1.957</u>	<u>(1.839)</u>	<u>(160.217)</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	<u>58.844</u>	<u>81.493</u>	<u>102.101</u>	<u>86.896</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado	(168.080)	(208.984)	(174.856)	(203.641)
Aquisições de intangível	(13)	-	1.660	(11.513)
Aquisição de investimentos	731	(80.540)	-	(16.618)
Redução de capital em controlada	-	-	-	-
	<u>(167.362)</u>	<u>(289.524)</u>	<u>(173.196)</u>	<u>(231.772)</u>
Recursos líquidos das provisões das atividades de investimento				
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Captação de financiamentos	181.380	209.588	181.380	209.588
Pagamento de financiamentos e juros	(88.475)	(103.283)	(88.475)	(103.283)
Cisão da controlada AMZ, líquido do caixa cindido	-	(15.382)	-	-
Integralização de capital	19.376	85.867	19.376	85.867
Reserva de capital	-	42.256	-	(5.244)
Dividendos pagos	(11.875)	(4.047)	(15.558)	(4.047)
	<u>100.406</u>	<u>214.999</u>	<u>96.723</u>	<u>182.881</u>
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	<u>100.406</u>	<u>214.999</u>	<u>96.723</u>	<u>182.881</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	<u>(8.112)</u>	<u>6.968</u>	<u>25.628</u>	<u>38.004</u>
Disponibilidades no início do exercício	30.076	23.108	61.112	23.108
Disponibilidades no fim do exercício	<u>21.964</u>	<u>30.076</u>	<u>86.740</u>	<u>61.112</u>
Pagamentos de juros efetuados durante o ano	-	-	-	-
Variação no caixa e equivalentes no exercício	<u>(8.112)</u>	<u>6.968</u>	<u>25.628</u>	<u>38.004</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre o Grupo e contexto operacional

A Videolar S.A. (“Videolar”, “Companhia”, e “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da sede social da Companhia fica na Avenida Açaí, nº 287, Distrito Industrial, CEP 69041-025, localizada em Manaus - AM. A Companhia atua no segmento de Resinas Plásticas (Poliestireno), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros. É fabricante de Mídias Virgens (CD-R, DVD-R e pen-drives), das marcas Nipponic® e Emtec®.

Em 2012 expandiu seus negócios e finalizou a construção de uma nova Unidade Industrial (Unidade Fazenda Vitória) em uma área de 289.000 m² com uma área construída de 69.000 m².

Esta Unidade tem como finalidade principal a produção dos filmes de BOPP (filme de polipropileno bi-orientado), com ampla utilização em embalagens plásticas no ramo alimentício e industrial.

Fazem parte dos novos segmentos de negócios, que já estão sendo industrializados, a produção de tampas plásticas, chapas de PP (polipropileno), PS (poliestireno) e PP cast (Filme de polipropileno).

Em abril de 2012 a Videolar S.A. adquiriu o controle da AMZ Mídia Industrial S.A. (“AMZ” e “Controlada”), empresa criada a partir da cisão parcial da própria Videolar e da Microservice Tecnologia Digital da Amazônia Ltda. Com isso, a partir desta data a Companhia está sendo considerada como Grupo Videolar S.A. (“o Grupo”).

A AMZ tem sua planta situada em Manaus – AM e atua nas seguintes atividades:

(a) fornecimento de tecnologia baseada em mídia óptica digital por meio de soluções de última geração para toda a cadeia de suprimento da indústria fonográfica, cinematográfica, de software e outras; (b) fabricação e distribuição no Brasil de produtos de mídia óptica, tais como Discos Compactos (CDs) e Discos de Vídeo Digital (DVDs) e Blu-rays.

Em setembro de 2013, a Videolar obteve aprovação, pelo Conselho de Administração da Petrobrás, da indicação de compra de 100% da empresa Innova pelo valor de R\$870 milhões, assumindo uma dívida de R\$23 milhões. A conclusão do processo de compra está condicionada à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, o que ainda não ocorreu.

2 Empresa do Grupo

Empresas	País	%	
		2013	2012
AMZ Mídia Industrial S.A.	Brasil	99,95%	99,95%

Em 28 de maio de 2012 a Companhia adquiriu o controle da AMZ Mídia Industrial S.A. Foram adquiridas 4.750.000 ações preferenciais classe B representativas de 49,95% do capital social da adquirida. Como resultado, a participação acionária da Companhia passou para 99,95% do capital da adquirida.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC)

- As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), em observância à Lei das Sociedades por Ações - Lei das S.A's., considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Os saldos consolidados de 2012, apresentados nas demonstrações financeiras não atendem a comparabilidade dos exercícios pois se referem ao período de sete meses findo em 31 de dezembro de 2012 tendo em vista a data da transação citada na nota explicativa nº 1 referente a controlada AMZ Mídia Industrial S.A.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente.

A aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de março de 2014.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 – perda estimada para crédito de liquidação duvidosa

- Nota 14 – Ativo Imobilizado – revisão da vida útil
- Nota 19 – Provisões para contingências
- Nota 28 (a) – Imposto de renda e contribuição social diferidos.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 14 – teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa 19 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recurso.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

7 Principais políticas contábeis

Apresentamos abaixo um índice das principais políticas contábeis as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- 7.1 - Base de consolidação – página 13
- 7.2 - Receita operacional – página 13
- 7.3 - Cessão de direitos a pagar – página 14
- 7.4 - Subvenção e assistências governamentais – página 14
- 7.5 - Receitas e despesas financeiras – página 14
- 7.6 - Moeda estrangeira – página 15
- 7.7 - Imposto de renda e contribuição social – página 15
- 7.8 - Estoques – página 16
- 7.9 - Imobilizado – página 16
- 7.10 - Ativos intangíveis e ágio – página 17
- 7.11 - Instrumentos financeiros – página 18
- 7.12 - Redução ao valor recuperável (Impairment) – página 19

- 7.13 - Provisões – página 21
- 7.14 - Novas normas e interpretações ainda não adotadas – página 21

7.1 Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis. A participação de acionistas não controladores nas controladas é destacada no balanço patrimonial e na demonstração do resultado.

7.2 Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(ii) Prestação de serviços

A receita com a prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de elaboração das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência às pesquisas de trabalhos realizados.

(iii) Incentivos fiscais

A receita decorrente de incentivos fiscais descritos na nota explicativa 30, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas, objeto de compensação desse incentivo. As condições estabelecidas para a manutenção dos incentivos fiscais foram devidamente cumpridas pela Companhia e sua controlada.

7.3 Cessão de direitos a pagar

Por meio de contratos de licenciamento de direitos autorais, a controlada efetua a duplicação, em DVDs, CDs e BDs, de filmes ou músicas e os fatura diretamente aos clientes da própria licenciante, recebendo o numerário e repassando a elas o resultado de acordo com o estabelecido nos contratos de licenciamento. As perdas com os clientes das licenciadoras, quando previsto em contrato, são contabilizadas em contrapartida da conta "Cessão de direitos a pagar (licenciadoras)", quando incorridas.

7.4 Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do Estado do Amazonas e de que serão auferidas e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Videolar e a AMZ são beneficiárias dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas e Governo Federal:

a. ICMS

Os créditos por incentivos fiscais relativos ao reembolso do ICMS foram contabilizados no resultado do exercício da Companhia.

b. Imposto de renda

A Companhia e sua controlada possui aprovação de seu empreendimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, gozando dos direitos de isenção e redução do imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis, devendo capitalizar o valor do benefício de acordo com o Decreto-Lei nº 756 de 1969.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para benefício desses incentivos.

c. IPI

IPI - Produtos produzidos na ZFM, Decreto no 7.212/10 artigo 81, inc.II.

d. PIS / Cofins

PIS/COFINS - Lei no 10.996/2004 artigos 3o e 4o.

e. Imposto de importação

Imposto de renda - MP no 2.199-14 artigo 1o, IN no 217, de 9 de outubro de 2002, e com nova redação pela Lei no 11.196, de 2005 artigo 32.

7.5 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

7.6 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

7.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que

estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Imposto corrente*

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) *Exposições fiscais*

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e sua controlada levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. A Companhia e sua controlada acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria a Companhia e sua controlada a mudarem o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

7.8 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

7.9 Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esse seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual foram revisados em dezembro de 2013.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada em anos, como segue:

	2013	2012
Informática	5	5
Benfeitorias/instalações	10	10
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	10
Móveis e utensílios	10	10
Veículos	5	5
Outros	20	20

7.10 Intangível

(i) *Ágio*

O ágio resultante da aquisição de controladas é apresentado com os ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Com relação às investidas registradas pelo método de equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e qualquer perda por redução ao valor recuperável é alocada para o valor contábil do investimento como um todo.

(ii) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) *Amortização*

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- Marcas e patentes 5 anos
- Software 5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

7.11 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento de curto prazo e de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) **Capital Social**

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

A Companhia não emitiu ações preferenciais resgatáveis no período.

Os dividendos mínimos obrigatórios ou prioritários conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

7.12 Redução ao valor recuperável – Impairment

(i) **Ativos financeiros não derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de impairment. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de impairment inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para

refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida para o resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

7.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

7.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

8 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos por meio de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

(ii) Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

(iii) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, excluindo obra em andamento, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

(iv) Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Disponibilidades	7.797	30.076	41.470	61.073
Aplicação financeira	14.167	-	45.270	39
	21.964	30.076	86.740	61.112

Aplicação financeira em títulos de renda fixa com remuneração de 99,50% da CDI e possuem liquidez imediata.

10 Contas a receber

O saldo do contas a receber inclui os recebíveis dos clientes da Videolar, bem como os recebíveis da AMZ com as distribuídas, mais as vendas diretas.

A seguir apresentamos os montantes a receber, em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Clientes	162.846	102.106	400.594	324.568
Partes relacionadas (nota 29)	<u>12.599</u>	<u>11.446</u>	<u>8.937</u>	<u>18.701</u>
	175.445	113.552	409.531	343.269
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(14.835)</u>	<u>(16.163)</u>	<u>(38.366)</u>	<u>(36.316)</u>
	<u><u>160.610</u></u>	<u><u>97.389</u></u>	<u><u>371.165</u></u>	<u><u>306.953</u></u>

A provisão para perda é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para atendimento a eventuais perdas na realização dos créditos, considerando a análise individual dos devedores e cuja inadimplência supera 180 dias, conforme demonstrado no quadro de *aging* abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Valores a vencer	148.722	105.133	296.094	277.125
Valores Vencidos				
até 30 dias	8.181	4.537	45.503	22.531
de 31 a 60 dias	2.068	557	10.168	9.461
de 61 a 90 dias	768	1.590	4.967	5.659
de 91 a 180 dias	871	165	14.434	6.784
Acima de 180 dias	<u>14.835</u>	<u>1.570</u>	<u>38.366</u>	<u>21.709</u>
Total Vencido	26.723	8.419	113.438	66.144
Contas a receber	<u>175.445</u>	<u>113.552</u>	<u>409.531</u>	<u>343.269</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do ano	16.163	29.394	36.316	29.394
Complemento de provisão no exercício	15.834	427	19.212	20.580
Valores baixados da provisão	<u>(17.162)</u>	<u>(13.658)</u>	<u>(17.162)</u>	<u>(13.658)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>14.835</u></u>	<u><u>16.163</u></u>	<u><u>38.366</u></u>	<u><u>36.316</u></u>

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes finais da Companhia ser altamente diversificada. A Companhia possui mais de 7.000 clientes ativos na carteira e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Matéria-prima	98.288	62.759	104.033	67.010
Produtos em elaboração	8.197	8.213	8.628	8.743
Produtos acabados	90.780	68.593	107.260	98.677
Material gráfico e embalagens	1.319	1.600	4.116	7.946
Outros materiais	-	42	7.590	6.109
Importação em andamento	16.699	13.967	17.623	14.572
	<u>215.283</u>	<u>155.174</u>	<u>249.250</u>	<u>203.057</u>

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	Controladora/ Consolidado	Controladora
	2013	2012
Saldo no início do ano	(5.324)	(5.663)
Complemento de provisão no exercício	(1.889)	(2.910)
Valores baixados da provisão	<u>1.295</u>	<u>3.249</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(5.918)</u>	<u>(5.324)</u>

12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ICMS a recuperar	3.735	1.476	3.809	1.479
PIS/COFINS a recuperar	-	264	3.442	398
PIS/COFINS processo fiscal (i)	42.450	65.923	42.450	65.923
IPI a recuperar	1.499	1.415	1.500	1.415
Outros	2.239	486	2.379	505
	<u>49.923</u>	<u>69.564</u>	<u>53.580</u>	<u>69.720</u>

- (i) A Companhia obteve sentença favorável do Mandado de Segurança 2006.3200.005991-8 que versa sobre a exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS, desta forma, este processo esta transitado em julgado, gerando um crédito tributário com saldo de R\$ 42.450 em 31 de dezembro de 2013.

13 Participação em empresas controladas

	Part. %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivos	Receita	Despesas	Lucro ou (prejuízo)	Participação do grupo nos lucros/ (prejuízos)
AMZ Mídia Industrial S.A.	99,95%	303.248	42.039	345.287	284.577	60.710	345.287	311.090	(315.396)	(4.306)	(4.304)
31 de dezembro de 2012		<u>303.248</u>	<u>42.039</u>	<u>345.287</u>	<u>284.577</u>	<u>60.710</u>	<u>345.287</u>	<u>311.090</u>	<u>(315.396)</u>	<u>(4.306)</u>	<u>(4.304)</u>
AMZ Mídia Industrial S.A.	99,95%	322.588	41.425	364.013	285.617	78.396	364.013	512.919	(496.582)	16.337	16.329
31 de dezembro de 2013		<u>322.588</u>	<u>41.425</u>	<u>364.013</u>	<u>285.617</u>	<u>78.396</u>	<u>364.013</u>	<u>512.919</u>	<u>(496.582)</u>	<u>16.337</u>	<u>16.329</u>

Composição do investimento

	2013	2012
Patrimônio Líquido da Controlada	78.396	60.710
Participação Controladora	<u>99,95%</u>	<u>99,95%</u>
	<u>78.357</u>	<u>60.680</u>
Ágio na Combinação de Negócio	8.804	8.804
Mais valia na Combinação de Negócios e AVP	<u>4.673</u>	<u>6.752</u>
Saldo do Investimento	<u>91.834</u>	<u>76.236</u>

Em setembro de 2013, a Videolar obteve aprovação, pelo Conselho de Administração da Petrobrás, da indicação de compra de 100% da Innova S.A. pelo valor de R\$870 milhões, sujeito a ajuste de preço até o fechamento da operação, assumindo uma dívida de R\$23 milhões. A conclusão do processo de compra está condicionada à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, o que ainda não ocorreu.

14 Imobilizado

Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Móveis e utensílios	Equipos de processamento de dados	Veículos	Moldes e ferramentas	Equipamentos de telefonia	Provisão para não recuperação	Imobilizado em andamento (ii)	Importação em andamento	Spare Parts - imobilizado em andamento	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2011	99.656	115.940	471.111	69.920	36.244	17.917	739	34.512	1.121	(19.952)	246.429	73.901	-	1.147.538
Adições	-	17	379	-	41	50	-	9	-	-	165.581	14.965	-	181.042
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.233	-	24.233
Baixa	-	(3.835)	(91.983)	(132)	(3.694)	(343)	(384)	(986)	-	19.952	(36.708)	-	-	(118.113)
Transferência	-	6.055	82.855	7.843	1.742	662	184	105	-	-	(34.830)	(64.616)	-	-
Cisão	-	(279)	(70.654)	(437)	(1.065)	(143)	-	-	(2)	-	-	-	-	(72.580)
Saldos 31 de dezembro de 2012	99.656	117.898	391.708	77.194	33.268	18.143	539	33.640	1.119	-	340.472	48.483	-	1.162.120
Adições	-	-	1.460	-	56	47	-	4	-	(45.623)	84.667	86.653	-	127.264
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.816	-	40.816
Baixa	-	-	(13.996)	-	(17.915)	(1.505)	-	(667)	(4)	-	(29.028)	(102.619)	-	(165.734)
Transferência	-	112.662	28.452	45.450	11	57	-	208	-	-	(161.502)	(45.779)	20.441	-
Saldos 31 de dezembro de 2013	99.656	230.560	407.624	122.644	15.420	16.742	539	33.185	1.115	(45.623)	234.609	27.554	20.441	1.164.466
Depreciação														
Saldos 31 de dezembro de 2011	-	(25.161)	(337.445)	(39.944)	(34.089)	(15.227)	(442)	(25.313)	(993)	-	-	-	-	(478.614)
Depreciação do exercício	-	(3.677)	(16.483)	(4.690)	(521)	(1.147)	(120)	(1.884)	(29)	-	-	-	-	(28.551)
Baixa	-	1.136	74.007	131	3.594	251	261	628	-	-	-	-	-	80.008
Cisão	-	160	55.420	137	1.009	47	-	-	2	-	-	-	-	56.775
Saldos 31 de dezembro de 2012	-	(27.542)	(224.501)	(44.366)	(30.007)	(16.076)	(301)	(26.569)	(1.020)	-	-	-	-	(370.382)
Depreciação do exercício	-	(7.154)	(17.074)	(5.224)	(611)	(693)	(92)	(1.168)	(29)	-	-	-	-	(32.045)
Baixa	-	-	13.984	-	17.913	1.504	-	667	5	-	-	-	-	34.073
Saldos 31 de dezembro de 2013	-	(34.696)	(227.591)	(49.590)	(12.705)	(15.265)	(393)	(27.070)	(1.044)	-	-	-	-	(368.354)
Valor residual														
Saldos 31 de dezembro de 2013	99.656	195.864	180.033	73.054	2.715	1.477	146	6.115	71	(45.623)	234.609	27.554	20.441	796.112
Saldos 31 de dezembro de 2012	99.656	90.356	167.207	32.828	3.261	2.067	238	7.071	99	0	340.472	48.483	0	791.738
Saldos 31 de dezembro de 2011	99.656	90.779	133.666	29.976	2.155	2.690	297	9.199	128	(19.952)	246.429	73.901	0	668.924
Taxa média de depreciação anual	0,00%	2,54%	9,07%	9,58%	9,64%	18,68%	18,56%	13,83%	9,52%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,62%

Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Móveis e utensílios	Equipos de processamento de dados	Veículos	Moldes e ferramentas	Equipamentos de telefonia	Provisão para não recuperação	Imobilizado em andamento (ii)	Importação em andamento	Spare Parts - imobilizado em andamento	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2011	99.656	115.940	471.111	69.920	36.244	17.917	739	34.512	1.121	(19.952)	246.429	73.901	-	1.147.538
Adições	-	17	5.369	81	56	50	-	9	-	-	165.581	14.965	-	186.128
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.233	-	24.233
Baixa	-	(3.835)	(124.024)	(132)	(4.124)	(343)	(414)	(986)	-	19.952	(36.708)	-	-	(150.614)
Transferência	-	6.055	82.855	7.843	1.742	662	184	105	-	-	(34.830)	(64.616)	-	-
Cisão AMZ	-	(279)	68.081	3.648	615	3.084	446	-	(2)	-	-	-	-	75.593
Mais valia na combinação de negócios	-	-	4.915	35	17	117	77	4	-	-	-	-	-	5.165
Saldos 31 de dezembro de 2012	99.656	117.898	508.307	81.395	34.550	21.487	1.032	33.644	1.119	-	340.472	48.483	-	1.288.043
Adições	-	-	1.500	32	79	53	-	4	-	(45.623)	84.667	86.714	6.923	134.349
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.815	-	40.815
Baixa	-	-	(21.271)	(2.866)	(18.409)	(4.064)	(330)	(667)	(4)	-	(29.028)	(102.656)	-	(179.295)
Transferência	-	112.662	28.452	45.450	11	57	-	208	-	-	(161.502)	(45.779)	20.441	-
Mais valia na combinação de negócios	-	220	2	1	5	3	-	-	-	-	-	-	-	231
Saldos 31 de dezembro de 2013	99.656	230.780	516.990	124.012	16.236	17.536	702	33.189	1.115	(45.623)	234.609	27.577	27.364	1.284.143
Depreciação														
Saldos 31 de dezembro de 2011	-	(25.161)	(337.445)	(39.944)	(34.089)	(15.227)	(442)	(25.313)	(993)	-	-	-	-	(478.614)
Depreciação do exercício	-	(3.677)	(19.999)	(4.827)	(569)	(1.228)	(151)	(1.884)	(29)	-	-	-	-	(32.364)
Baixa	-	1.136	100.070	130	4.014	251	291	628	-	-	-	-	-	106.520
Cisão	-	160	(42.107)	(2.733)	(310)	(2.747)	(295)	-	3	-	-	-	-	(48.029)
Mais valia combinação de negocios	-	(1)	(439)	-	(3)	(1)	-	(6)	-	-	-	-	-	(450)
Saldos 31 de dezembro de 2012	-	(27.543)	(299.920)	(47.374)	(30.957)	(18.952)	(597)	(26.575)	(1.019)	-	-	-	-	(452.937)
Depreciação do exercício	-	(7.154)	(22.836)	(5.329)	(660)	(748)	(106)	(1.168)	(29)	-	-	-	-	(38.030)
Baixa	-	-	22.794	2.280	18.222	3.844	226	667	5	-	-	-	-	48.038
Mais valia combinação de negocios	-	(1)	(526)	-	(4)	(1)	-	(7)	-	-	-	-	-	(539)
Saldos 31 de dezembro de 2013	-	(34.698)	(300.488)	(50.423)	(13.399)	(15.857)	(477)	(27.083)	(1.043)	-	-	-	-	(443.468)
Valor residual														
Saldos 31 de dezembro de 2013	99.656	196.082	216.502	73.589	2.837	1.679	225	6.106	72	(45.623)	234.609	27.577	27.364	840.675
Saldos 31 de dezembro de 2012	99.656	90.355	208.387	34.021	3.593	2.535	435	7.069	100	-	340.472	48.483	-	835.106
Saldos 31 de dezembro de 2011	99.656	90.779	133.666	29.976	2.155	2.690	297	9.199	128	(19.952)	246.429	73.901	-	668.924
Taxa média de depreciação anual	0,00%	1,30%	12,60%	10,30%	9,90%	19,80%	19,30%	11,90%	9,80%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	7,90%

(a) Teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida em relação às máquinas e equipamentos e peças de reposição da unidade geradora de caixa (UGC) do segmento de mídias virgens, como segue.

	Controladora/Consolidado	
	2013	2012
Valor do Impairment		
Máquinas e equipamentos	43.993	-
Partes e peças	1.630	-
	45.623	-

O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) de mídias virgens foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso), considerando um EBITDA negativo para o plano de 2014, e utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos de 6,2% e um valor de taxa de crescimento de 3% a partir de 2015. O valor recuperável da UGC estimado foi negativo e, portanto, a administração optou por provisionar 90% dos ativos de máquinas e equipamentos e partes e peças como redução ao valor recuperável, considerando 10% de valor residual/reposição.

A Administração está elaborando um plano de reformatação deste segmento para 2014, o que irá gerar uma nova avaliação, quanto ao valor recuperável destes ativos, no término do referido exercício.

15 Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Controladora

Custo	Software	Marcas, direitos e patentes	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2011	12.292	16.688	28.980
Aquisição de controlada	(2.880)	-	(2.880)
Transferência	1.558	-	1.558
Saldos 31 de dezembro de 2012	10.970	16.688	27.658
Adições	13	-	13
	-	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2013	10.983	16.688	27.671
Amortização			
Saldos 31 de dezembro de 2011	(7.684)	(12.986)	(20.670)
Amortização do exercício	(394)	(922)	(1.316)
Baixa	2.877	-	2.877
Saldos 31 de dezembro de 2012	(5.201)	(13.908)	(19.109)
Amortização do exercício	(393)	(3)	(396)
Saldos 31 de dezembro de 2013	(5.594)	(13.911)	(19.505)
Valor residual			
Saldos 31 de dezembro de 2013	5.389	2.777	8.166
Saldos 31 de dezembro de 2012	5.769	2.780	8.549
Saldos 31 de dezembro de 2011	4.608	3.702	8.310
Taxa média de amortização anual	0,5%	0,5%	0,5%

Consolidado

Custo	Software	Marcas, Direitos e Patentes	Ágio	Totais
Saldos 31 de dezembro de 2011	12.292	16.688	-	28.980
Adições	2.733	-	-	2.733
Aquisição de controlada	-	-	8.804	8.804
Transferência	1.558	-	-	1.558
Mais valia na combinação de negócio	3.115	-	-	3.115
Saldos 31 de dezembro de 2012	19.698	16.688	8.804	45.190
Adições	8	-	5	13
Baixa	(215)	-	-	(215)
Transferência	5	-	(5)	-
Mais valia na combinação de negócio	(231)	-	-	(231)
Saldos 31 de dezembro de 2013	19.265	16.688	8.804	44.757
Amortização				
Saldos 31 de dezembro de 2011	(7.684)	(12.986)	-	(20.670)
Amortização do exercício	(694)	(922)	-	(1.616)
Baixa	950	-	-	950
Mais valia na combinação de negócio	(961)	-	-	(961)
Saldos 31 de dezembro de 2012	(8.389)	(13.908)	-	(22.297)
Amortização do exercício	(2.539)	(3)	-	(2.542)
Baixa	205	-	-	205
Mais valia na combinação de negócio	(1.442)	-	-	(1.442)
Saldos 31 de dezembro de 2013	(12.165)	(13.911)	-	(26.076)
Valor residual				
Saldos 31 de dezembro de 2013	7.100	2.777	8.804	18.681
Saldos 31 de dezembro de 2012	11.309	2.780	8.804	22.893
Saldos 31 de dezembro de 2011	4.608	3.702	-	8.310
Taxa média de amortização anual	0,50%	0,50%	0,00%	0,50%

16 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Encargos	Garantias	Vencimento	Controladora/ Consolidado	
				2013	2012
Banco do Brasil Intern.	(i) Libor+1,50a.a.	Fiador	20/06/2014	121.801	56.741
Banco Bradesco N.Y.	(ii) Libor+0,45%a.a.	Nota Promissória	26/02/2014	39.591	20.442
Banco do Brasil (C. Giro)	(iii) 119,5%CDI	Fiador	28/03/2013	-	15.432
BNDES	(iv) TJLP+2,12%a.a	Imóveis	15/10/2017	88.570	74.194
Banco Bradesco Europa	(v) Libor+3,25%a.a	Nota Promissória	06/11/2018	170.059	134.484
				420.021	301.293
Passivo Circulante				208.045	123.788
Passivo não circulante				211.976	177.505

- (i) Em 23 de dezembro de 2013, a Videolar renegociou o contrato de empréstimo junto ao Banco do Brasil (Finimp) cujas taxas de juros passaram a ser de Libor (0,3479) + 1,50% a.a, com vencimento para 20 de junho de 2014 referente aquisição de matéria-prima para o processo produtivo de Resinas Plásticas.
- (ii) Em Fevereiro de 2013, a Videolar celebrou com o Banco Bradesco contrato de linha de crédito internacional (Finimp), no valor de US\$ 16.847 com taxa de juros de Libor + 0,45% a.a, referente aquisição de matéria-prima para o processo produtivo de Resinas Plásticas.
- (iii) Em Novembro de 2013, a Videolar liquidou junto ao Banco do Brasil o empréstimo de Capital de Giro no valor de R\$ 15.000, utilizado na aquisição de máquinas e equipamentos.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

No exercício de 2010, a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 84.100. Em abril de 2012, foi disponibilizado o saldo remanescente de R\$ 500, completando os R\$ 84.100 tomados durante este período.

Esse financiamento tem como finalidade a expansão e a construção de uma nova unidade industrial para produção dos filmes de polipropileno bio-orientado (BOPP) e filme de polietileno tereftalato bi-orientado (BOPET), além da aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Os imóveis dados em garantia somam o valor de R\$ 113.669.

Banco Bradesco

Em fevereiro de 2011, a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco Bradesco Europa no montante de EURO 57.999. Essa linha de crédito tem por característica o financiamento direto da Andritz, fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP. Até 31 de dezembro de 2013, o Banco Bradesco Europa havia liberado o montante de EURO 51.945.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2013 e 2012 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	Controladora / Consolidado 31/12/2013	Controladora / Consolidado 31/12/2012
2014	-	45.657
2015	54.122	45.657
2016	54.122	45.657
2017	54.122	40.534
2018	49.610	-
	211.976	177.505
Passivo não circulante	211.976	177.505

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Fornecedores nacionais	2.149	4.386	11.666	9.339
Fornecedores distribuídas	-	-	314	1.307
Fornecedores estrangeiros	171.619	164.522	172.110	165.208
Fornecedores partes relacionadas (Nota 29)	32	19	883	555
	173.800	168.927	184.973	176.409
	173.800	168.927	184.973	176.409

18 Cessão de direitos autorais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Foxe	-	-	22.965	49.976
Paramount	-	-	53.492	52.871
Sony Pictures	-	-	5.704	25.320
Warner	-	-	149.739	57.215
Bretz Filmes	-	-	340	63
Universal	-	-	1.067	6.453
Som Livre	-	-	7.055	46.000
Europa	-	-	4.545	5.934
LWr	-	-	256	827
EMI	-	-	261	5.968
Alpha Filmes	-	-	41	-
Vinny Filmes	-	-	748	889
S&D	-	-	11.095	11.625
Videofilmes	192	192	192	192
Duplicatas Incobráveis	-	-	(23.490)	(20.153)
Outros	-	-	16.583	(6.175)
	192	192	250.593	237.005

Para a consecução de seus objetivos sociais, especificamente na fabricação de soluções para a indústria fonográfica e cinematográfica, são firmados contratos de licenciamento (cessão de direitos) para a concessão de direitos autorais e direitos de reprodução e duplicação de CDs e DVDs, entre outros. Em contraprestação, a Controlada AMZ paga às licenciadoras remunerações calculadas sobre os resultados obtidos nas vendas dos produtos. Adicionalmente, são pagas também, para alguns casos, despesas com serviços de marketing e vendas.

As duplicatas incobráveis referem-se a clientes das empresas relacionadas na nota, que estão em atraso, assim este valor é abatido do valor a ser repassado. Estas perdas são calculadas com o mesmo critério das perdas de provisão para crédito de liquidação duvidosa. O valor registrado em outros refere-se a adiantamentos que, recebidos, são abatidos do repasse.

19 Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Controladora no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais, pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Provisão para contingências	Controladora			
	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	10.653	1.744	529	12.926
(+) Complemento de provisão	1.041	317	73	1.431
(-) Baixa provisão	(249)	(308)	(16)	(573)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	11.445	1.753	586	13.784
(+) Complemento de provisão	9.334	691	77	10.102
(-) Baixa provisão	(667)	(1.529)	(135)	(2.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	20.112	915	528	21.555

Provisão para contingências	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	10.653	1.744	529	12.926
(+) Complemento de provisão	1.041	317	73	1.431
(-) Baixa provisão	(249)	(308)	(16)	(573)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	11.445	1.753	586	13.784
(+) Complemento de provisão	9.388	691	77	10.156
(-) Baixa provisão	(667)	(1.529)	(135)	(2.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	20.166	915	528	21.609

Os principais processos são comentados a seguir:

Processos tributários

A provisão para contingências tributárias no montante de R\$ 20.166 (em 2012 R\$ 11.445) refere-se, à contestação pela Companhia da cobrança de PIS e COFINS sobre receitas auferidas na Zona Franca de Manaus, e autos de infração relacionados à ICMS, e honorários advocatícios. A Companhia figura no polo passivo em processos judiciais ou administrativos, que envolvem outros tributos, tais como PIS, IPI, ICMS, IR, contribuições previdenciárias, no valor total de R\$3.766, cujo prognóstico é de perda possível, e não estão provisionados.

Processos trabalhistas

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual de 122 processos de reclamações trabalhistas, principalmente relacionados a horas extras.

A Videolar figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 915 (em 2012 R\$1.753), para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$6.694, para os quais a perda é considerada possível, e não estão provisionados.

Processos cíveis

A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas a 46 processos envolvendo principalmente discussões comerciais, sendo a principal delas destacada abaixo:

Banco Fortis

Em junho de 2008, a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco Fortis no montante de EURO 20.400. Essa linha de crédito tinha por característica o financiamento direto do Banco Fortis à Darlet Merchant Technologies S.A. (“Darlet”), fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP.

Até 31 de dezembro de 2009, o Banco Fortis havia liberado o montante de EURO 15.811 mil para pagamento à Darlet.

Em março de 2010, a Companhia foi notificada sobre o processo judicial de falência do fornecedor Darlet. No segundo semestre de 2009 o Banco Fortis Bank NV/AS foi adquirido pelo Banco BNP Paribas.

Em 31 de janeiro de 2011, o Banco BNP Paribas encaminhou uma carta solicitando o pagamento da primeira parcela no valor de EURO 1.695mil. Por meio dos seus assessores

jurídicos na França, Sonier & Associes, a Companhia rejeitou o pedido de pagamento levando em consideração que todos os adiantamentos pagos por 5 anos do Banco Fortis para Darlet foram feitos em violação do Acordo de Crédito não havendo, portanto, nenhuma obrigação de pagamento dos adiantamentos realizados pelo Banco BNP Paribas. Essa rejeição é baseada no artigo 5 do Acordo de Crédito, nos termos do qual o credor, ou seja, o Banco Fortis deveria fazer adiantamentos para a Companhia por meio do pagamento para a Darlet.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seus assessores jurídicos, efetuou os seguintes ajustes contábeis:

	31/12/2010
Baixa do adiantamento a fornecedor em função da falência decretada	(43.858)
Baixa do passivo devido à probabilidade de desembolso ao Banco Fortis ser remota	36.163
Perda líquida reconhecida em outras despesas operacionais	(7.695)

Em novembro de 2011, a Videolar foi notificada pelo BNP Paribás quanto a abertura de processo de arbitragem na International Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce (“ICC”), em Paris, na França, visando a cobrança dos recursos liberados e dos juros incorridos no período, os quais foram estimados em EUR 18.715.

Conforme opinião dos assessores jurídicos, a Videolar possui bons argumentos a serem apresentados no processo de arbitragem, sendo as chances de êxito deste processo avaliadas como possíveis. O processo de arbitragem está em fase de instrução.

A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$586, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 3.032, para as quais a perda é considerada possível.

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Total
Depósitos judiciais				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	42.480	397	27	42.904
(+) Complemento de provisão	335	358	-	693
(-) Baixa provisão	(26.846)	(292)	(16)	(27.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	15.969	463	11	16.443
(+) Complemento de provisão	269	400	89	758
(-) Baixa provisão	(590)	(515)	(81)	(1.186)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.648	348	19	16.015

	Consolidado			
Depósitos judiciais	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	42.480	397	27	42.904
(+) Complemento de provisão	335	358	-	693
(-) Baixa provisão	(26.846)	(292)	(16)	(27.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	15.969	463	11	16.443
(+) Complemento de provisão	368	400	90	858
(-) Baixa provisão	(651)	(515)	(81)	(1.247)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.686	348	20	16.054

A Companhia após o ingresso com o Mandado de segurança nº 2006.32.00.005991-8, referente a exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS, realizou depósitos em juízo de fevereiro de 2008 a novembro de 2011, data esta que obteve êxito no referido instrumento judicial. Em abril de 2012 os valores foram resgatados.

20 Investimentos a pagar

Controladora e consolidado

Valor da contraprestação	47.500
Pagamentos efetuados no exercício de 2012	(11.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	35.625
Pagamentos efetuados no exercício de 2013	(23.750)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	11.875
Passivo circulante (nota 29)	11.875

A compra do controle da AMZ Mídia Industrial S.A., em abril de 2012 foi firmada por meio de o contrato cujo montante de R\$ 47.500, será pago pela Companhia ao ex-proprietário Microservice Tecnologia Digital do Amazônia Ltda. em 24 parcelas fixas de R\$1.979.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 21 de março de 2014, foi antecipada a distribuição dos dividendos prioritários previstos no art. 35 do estatuto social, aos detentores de ações preferenciais de classe A emitidas pela AMZ, durante o exercício de 2014, conforme demonstrado na letra “b” da Nota Explicativa nº 16.

21 Royalties a pagar

Em 31 de dezembro de 2013, consta registrada uma provisão de R\$ 6.190 (R\$ 6.107 em 2012) na Videolar e R\$ 1.478 (não há saldo em 2012) na controlada AMZ referentes aos contratos de Royalties.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

- (i) Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Companhia está representado por 668.997 ações ordinárias, 261.279 ações preferenciais classe “A”, totalizando 930.276 ações.
- (ii) As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembleia geral.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de custo atribuído (deemed cost), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram registrados em contrapartida da rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, em 1º de janeiro de 2009, e são realizados, líquidos de impostos, quando da depreciação ou venda dos ativos.

c. Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital, o que ainda não ocorreu, pois o saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.805.

d. Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório está abaixo demonstrado:

	RS
Lucro líquido do exercício de 2013	9.735
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(487)
(+) Realização de avaliação patrimonial	245
(-) Incentivos Fiscais	9.493
Base de cálculo de dividendos	-

Dividendos da controlada:

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 18 de abril de 2013, foi aprovada a distribuição dos lucros da reserva de retenção de lucros no montante total de R\$ 13.000 ao acionista Videolar, dos quais R\$10.000 já haviam sido adiantados em 28 de novembro de 2012 e R\$3.000 foram pagos em 27 de fevereiro de 2013.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 28 de maio de 2012, foi aprovado o pagamento de dividendo prioritário, fixo cumulativo aos acionistas detentores de ações preferenciais de classe A, na proporção de suas respectivas participações no capital social .

Dividendos provisionados período de junho de 2013 a junho de 2014	4.566
Dividendos provisionados período de julho 2014 a junho 2016	12.518
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2012	17.084
Recalculo dos dividendos conforme art.35 estatuto social	(1.349)
Pagamentos de dividendos em 01 de julho de 2013	(2.546)
Combinação de negócios – AVP	212
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2013	13.401

23 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita de vendas				
Receita operacional bruta	1.038.511	901.011	1.551.429	1.212.102
Créditos de incentivos fiscais (nota 30)	95.073	80.504	148.391	113.750
Impostos sobre as receitas	(153.174)	(159.327)	(266.897)	(244.887)
Devoluções	(28.171)	(34.915)	(79.274)	(42.064)
Receita operacional líquida	952.239	787.273	1.353.649	1.038.901

24 Custos das vendas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custo dos produtos vendidos	(881.421)	(624.788)	(975.183)	(703.591)
Custo de mercadoria vendidas	(18.702)	-	(37.979)	-
Custo de serviços aplicados	-	(1.168)	-	(1.168)
Despesas com direitos autorais	-	(21.416)	(229.708)	(152.350)
Outros	83.856	(29.264)	109.758	-
	(816.267)	(676.636)	(1.133.112)	(857.109)

25 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Despesas de folha de pagamento	38.225	37.425	52.884	51.103
Depreciação	10.671	11.044	14.396	14.630
Energia elétrica	7.949	8.231	10.302	9.831
Impostos e taxas	7.349	5.095	11.865	5.838
Provisões	39.219	2.602	39.273	2.816
Honorários advocatícios	1.529	1.920	1.591	2.117
Conservação de ativos	4.990	4.854	5.328	5.298
Despesas de viagens	1.049	1.676	1.234	1.843
Fretes e carretos	16.041	17.702	31.797	24.764
Manutenção e reparos	2.187	1.043	2.187	1.043
Consultoria e assessoria	112	245	1.524	825
Material promocional	9.575	9.938	11.505	11.619
Outros	2.134	1.015	5.099	5.021
	141.030	102.790	188.985	136.748

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Venda de ativo	1.558	78.086	1.572	78.101
Perdas e ganhos com baixa de ativo	(1.693)	3.569	(1.233)	(2.419)
Ganhos com sinistro	5.368	4.996	5.368	4.996
Venda de sucata	7.705	3.282	8.111	3.465
Rebates Indedutíveis	(1.827)	(2.419)	(3.195)	(3.230)
Indenizações	19.045	-	19.045	-
Outros	3.213	2.247	3.038	2.124
	<u>33.369</u>	<u>89.761</u>	<u>32.706</u>	<u>83.037</u>

27 Receita (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Juros e ganhos em aplicações financeiras	1.594	397	1.673	1.057
Variação monetária	4.582	2.482	4.586	2.483
Descontos obtidos	1.106	856	1.592	1.712
Receita recuperação de cobrança	-	-	190	4
	<u>7.282</u>	<u>3.735</u>	<u>8.041</u>	<u>5.256</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(5.810)	(4.730)	(5.931)	(4.733)
Descontos concedidos	(644)	(385)	(1.558)	(7.406)
Despesas bancárias	(2.318)	(3.131)	(2.875)	(3.387)
Outras	(635)	(574)	(650)	(574)
	<u>(9.407)</u>	<u>(8.820)</u>	<u>(11.014)</u>	<u>(16.100)</u>
Variações cambiais, líquidas				
Variações cambiais ativas	53.516	44.951	53.305	45.034
Variação cambial passiva	(92.376)	(66.953)	(92.445)	(67.002)
	<u>(38.860)</u>	<u>(22.002)</u>	<u>(39.140)</u>	<u>(21.968)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(40.985)</u>	<u>(27.087)</u>	<u>(42.113)</u>	<u>(32.812)</u>

28 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora/ Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	2013	2012
Provisão para perdas de ativos	8.535	13.003
Provisão para contingências	4.074	4.130
Prejuízo fiscal	15.512	-
Outras provisões	1.821	1.374
	-	-
Subtotal ativo	<u>29.942</u>	<u>18.507</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes na adoção dos CPCs:		
Valor justo dos edifícios e terrenos	(40.898)	(41.190)
Revisão da vida útil dos ativos imobilizados	(9.342)	(17.005)
Subtotal passivo	<u>(50.240)</u>	<u>(58.195)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo, líquido	<u>(20.298)</u>	<u>(39.688)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>
Descrição	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contr. social	(9.656)	45.043
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social/(Despesa de imposto de renda e contribuição social) pela alíquota combinada	3.283	(15.315)
Equivalência Patrimonial	5.552	(1.463)
Adições permanentes	13.815	15.225
Incentivos de Subvenções	(28.790)	(15.364)
Outros	25.531	6.130
	<u>19.391</u>	<u>(10.787)</u>
Alíquota efetiva	0%	24%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>19.391</u>	<u>(10.787)</u>

c. Impostos de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda	950	2.206	950	2.206
Contribuição social	2.001	2.001	2.001	2.282
	2.951	4.207	2.951	4.488

d. Regime tributário de transição

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (“RTT”) instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007.

Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 – Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (“DIPJ”) no ano de 2009.

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração não tem a intenção de efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da MP 627 e da IN 1397 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

29 Informações sobre partes relacionadas

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 2.000, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.147 (R\$1.040 em 2012).

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

A Administração efetuou transações com partes relacionadas, conforme demonstrado abaixo:

		Controladora 2012			
		Ativos	Passivos	Vendas/ Compras	
	AMZ Mídia Industrial S.A.	7.489	(1.048)	2.959	
	M.L. Parisotto EPP	535	-	5.750	
	Microservice Tecnologia Digital da Amazônia Ltda	8.724	(35.625)	35.349	
		16.748	(36.673)	44.058	
		Controladora - 2013			
		Ativos	Passivos	Vendas/ Compras	
	AMZ Mídia Industrial S.A.	479	-	4.055	
	M.L. Parisotto EPP	-	-	278	
	Microservice Tecnologia Digital da Amazônia Ltda	-	-	8.233	
		479	-	12.566	
		Consolidado - 2012			
		Ativos	Passivos	Vendas/ Compras	
	M.L. Parisotto EPP	535	-	5.750	
	Microservice Tecnologia Digital da Amazônia Ltda	18.166	(62.706)	35.349	
		18.701	(62.706)	41.099	
		Consolidado - 2013			
		Ativos	Passivos	Vendas/ Compras	
	M.L. Parisotto EPP	-	-	278	
	Microservice Tecnologia Digital da Amazônia Ltda	76	(13.189)	7.776	
		76	(13.189)	8.054	
		Controladora		Consolidado	
Ativo	2013	2012	2013	2012	
Contas a receber (Nota 10)	12.599	11.446	8.937	18.701	
Estoque	-	2.302	-	-	
Outras contas a receber	479	-	76	-	
Dividendos a receber	-	3.000	-	-	
Total de ativos	13.078	16.748	9.013	18.701	

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Passivo				
Fornecedores (nota 17)	(32)	(19)	(883)	(555)
Outras obrigações	-	(1.029)	-	-
Direitos autorais a repassar	-	-	-	(9.442)
Investimentos a pagar (nota 20)r	(11.875)	(35.625)	(11.875)	(35.625)
Dividendos (nota 22.d)	-	-	(13.189)	(17.084)
	(11.908)	(36.673)	(25.947)	(62.706)

As transações acima foram efetuadas conforme condições contratuais estabelecidas entre as partes.

30 Incentivos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Incentivo				
Benefício fiscal do ICMS na saída de bens intermediários (nota 23)	95.073	80.504	148.391	113.750

31 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito
- (ii) Risco de liquidez
- (iii) Risco de mercado
- (iv) Risco operacional
- (v) Risco de capital

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

b. Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da Empresa.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos

financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(i) Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório foi:

	Consolidado		Controlada	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	86.740	67.931	21.964	30.076
Clientes	371.165	306.953	160.610	97.389
Outros recebíveis	28.646	14.973	19.573	13.791
	<u>486.551</u>	<u>389.857</u>	<u>202.147</u>	<u>141.256</u>

A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia e sua controlada estão expostas, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda para liquidação duvidosa, o detalhamento está contido na Nota Explicativa nº 10 - Contas a Receber.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação:

	Consolidado				
	Valor contábil	Até 1 ano	1-2 anos	2-4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos	420.031	208.045	80.805	121.085	10.096
Fornecedores	184.973	184.973	-	-	-
Investimentos a pagar	11.875	11.875	-	-	-
Royalties a pagar	7.668	7.668	-	-	-
Dividendos e participações	-	-	-	-	-
Cessão de direitos a pagar	250.593	250.593	-	-	-
	875.140	663.154	80.805	121.085	10.096

Não é esperado que os fluxos de caixa apresentados acima sejam antecipados significativamente.

(iii) Risco de mercado

a. Risco com taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros (ativos) da Companhia é remunerado pela CDI 99,5%.

	Consolidado
<i>Instrumento de taxa variável</i>	2013
Ativos financeiros	-
Aplicação financeira	45.270
	45.270

Análise de sensibilidade à variação da taxa da CDI

A Companhia em seus números consolidados possui aplicações financeiras indexadas à variação da CDI. Em 31 de dezembro de 2013, a Controladora apresentava recebíveis no valor de R\$ 21.964, quanto no Consolidado um total de R\$86.740.

A expectativa de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 10,75% cenário provável para o ano de 2014, ante a taxa efetiva de 8,06% verificada no ano de 2013.

	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I - de 25%	Cenário II - de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2013	8,06%	8,06%	8,06%
Aplicações financeiras	45.270	45.270	45.270
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	10,75%	8,06%	5,38%
Efeito no instrumento financeiro:			
Aumento / (Redução)	1.218	-	(834)

b. Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de

2012, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

		Consolidado			
		2013		2012	
		Valor nominal moeda estrangeira	R\$	Valor nominal moeda estrangeira	R\$
Empréstimo Bradesco	USD	16.900	39.591	10.003	20.442
Empréstimo B.Brasil	USD	51.988	121.788	27.767	56.741
Fornecedores Estrangeiros	USD	67.711	158.620	72.208	147.557
Empréstimo Bradesco	EURO	52.716	170.089	49.894	134.484
Fornecedores Estrangeiros	EURO	4.037	13.025	5.811	15.663
Fornecedores Estrangeiros	CHF	4	10	(5)	(11)

Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro.

A Companhia não tem nenhum instrumento derivativo para minimizar esse risco, bem como monitora continuamente a volatilidade das taxas de câmbio.

Análise de sensibilidade cambial

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2013. A Companhia considerou os cenários abaixo para volatilidade do Real paridade Dólar e Euro.

Para as operações cambiais com risco de flutuação do Dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013 de R\$2,3426 por US\$ \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- Cenário 1: (25% de valorização do real);
- Cenário 2: (50% de valorização do real);
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real); e
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real).

Risco: Flutuação do dólar

		Consolidado			
		Receita (Despesa) com Variação Cambial			
	Valor de referência US\$	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
	2,3426	1,7569	1,1713	2,9282	3,5139
Empréstimo Bradesco	16.900	29.692	19.795	49.487	59.385
Empréstimo B.Brasil	51.988	91.338	60.894	152.231	182.681
Fornecedores Estrangeiros	67.711	118.961	79.310	198.271	237.930

Para as operações cambiais com risco de flutuação do EURO, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2013 de R\$3,2265 por EUR \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- Cenário 1: (25% de valorização do real);
- Cenário 2: (50% de valorização do real);
- Cenário 3: (25% de desvalorização do real); e
- Cenário 4: (50% de desvalorização do real).

Risco: Flutuação do euro

	Valor de referência Euro	Consolidado			
		Receita (Despesa) com Variação Cambial			
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
	3,2265	2,4198	1,6133	4,0331	4,8397
Empréstimo Bradesco	52.716	127.562	85.047	212.609	255.130
Fornecedores Estrangeiros	4.037	9.769	6.513	16.282	19.538

(iv) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, excetos riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção constante da atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e conseqüentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

(v) Risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo (“Fair Value”):

	Valor contábil		Valor justo	
	Controladora/Consolidado		Controladora/ Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	86.740	61.112	86.740	61.112
Aplicações financeiras	-	6.819	-	6.819
Contas a receber	371.165	306.953	371.165	306.953
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	2.951	4.488	2.951	4.488
Impostos a recuperar	53.580	69.720	53.580	69.720
Total	514.436	449.092	514.436	449.092
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	420.021	301.293	420.021	301.293
Fornecedores	184.973	176.409	184.973	176.409
Obrigações fiscais	3.052	5.986	3.052	5.986
Total	608.046	483.688	608.046	483.688

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e negociar.

A Companhia Videolar usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Gerenciamento de capital

Um dos objetivos da administração da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	Controladora/ Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e Financiamentos	420.021	301.293
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(86.740)	(61.112)
Dívida Líquida (Caixa líquido das dívidas)	333.281	240.181
Patrimônio Líquido	702.897	673.785
Patrimônio Líquido e dívida líquida	1.036.178	913.966

32 Cobertura de seguros

Tipo de cobertura	Valor total segurado
Danos patrimoniais e perdas de receita	160.000
Responsabilidade civil	15.000
Seguro de cargas	44.800
Vida	480

33 Arrendamentos operacionais

Os compromissos referem-se, basicamente, a contratos de locação de imóveis como apartamentos para uso de funcionários e projetos, locação do Centro de Distribuição e do Duto instalado entre o porto da Petrobras até a Videolar levando o monômero de estireno para dentro dos silos na unidade IV em Manaus.

Os contratos de locação de equipamentos referem-se à locação de cilindro para nitrogênio, locação de empilhadeira da unidade III e locação de firewall, roteadores e servidor.

Abaixo o quadro com os vencimentos dos contratos e previsão de renovação:

	Valor aluguel mensal (R\$)	Vencimento do contrato
Máquinas e Equipamentos		
Petrobrás	25	21/12/2015
Ozonio Telecomunicações	4	Indeterminado
WhiteMartins	3	Indeterminado

Os desembolsos dos compromissos de locações previstos para os próximos anos, considerando a renovação dos contratos vincendos, são:

2014	384
2015	384

34 Eventos subsequentes

Em Fevereiro de 2014, a Videolar renegociou o contrato de empréstimo (Finimp) com o Banco do Brasil no valor USD 7.171.172,86, cujas taxas de juros passaram a ser de Libor (0,3331) + 1,45% a.a, com vencimento para 08 de agosto de 2014 referente aquisição de matéria-prima para o processo produtivo de Resinas Plásticas.

Em Janeiro de 2014, a Videolar celebrou com o Banco do Brasil o contrato de linha de crédito internacional (Finimp), no valor de US\$ 8.840.298,22, com taxa de juros de Libor (0,3464) + 1,50% com vencimento para 03 de julho de 2014 a.a, referente aquisição de matéria-prima para o processo produtivo de Resinas Plásticas.

Em Fevereiro de 2014, a Videolar celebrou com o Banco do Brasil o contrato de linha de crédito internacional (Finimp), no valor de US\$ 16.847.298,29, com taxa de juros de Libor (0,3305) + 1,45% a.a, utilizado para liquidação do empréstimo (Finimp) junto ao Banco Bradesco.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 21 de março de 2014, foi antecipada a distribuição dos dividendos prioritários previstos no art. 35 do estatuto social, aos detentores de ações preferenciais de classe A emitidas pela AMZ, durante o exercício de 2014, conforme demonstrado na letra “b” da Nota Explicativa nº 16.

* * *

Diretoria

Lírio Albino Parisotto - Diretor-presidente e residente Manaus
Carmo Bernardi Caparelli – Diretor de operações
Claudio Rocha Filho – Diretor comercial

Conselho de Administração

Lírio Albino Parisotto
Elie Linetzky Waitzberg
Tania Maris Vanin Parisotto
Phillip Wojdyslawski

Contador

Fabricio Santos Debortoli
CRC SC 25.570/O-0